

A renegociação, só após as eleições americanas.

A fase três da renegociação da dívida externa brasileira não começará mais no próximo dia cinco. O governo anunciou ontem que os bancos credores resolveram adiar o início das conversações para 13 ou 14 de novembro, pois preferem esperar o resultado das eleições nos EUA, no dia 6, e a aprovação pelo board do FMI da sexta Carta de Intenção do Brasil e do memorando técnico que a acompanha, entregues pelo governo no último dia 28 de setembro.

O diretor da Cacex, Carlos Viacava, por sua vez, anunciou que começa amanhã a retirada gradual do crédito-prêmio do IPI, que passará de 11% para 9% e daí em diante declinará até sua extinção, em abril do ano que vem. Viacava disse que a eliminação do

crédito-prêmio significará para o Tesouro Nacional uma economia de US\$ 2 bilhões no período de um ano.

Dívida

A fase 3 da renegociação tinha o seu início previsto para agosto ou setembro. Porém, diante do desempenho favorável da balança comercial e o acúmulo acelerado de reservas cambiais, o governo brasileiro optou por postergar a nova etapa de renegociação, com o objetivo de obter instrumentos adicionais de barganha e esperar o desfecho da rolagem da dívida mexicana.

O Banco Central e dirigentes de bancos credores procuraram descartar qualquer sig-

nificado extra do adiamento de uma semana no início da renegociação. Embora alguns bancos entendam que o quadro político no Brasil ainda não está claro e prefiram esperar maior definição do processo sucessório, prevalece entre os credores a tese de que, com Tancredo ou Maluf, a renegociação não sofrerá mudança radical e o próximo governo continuará as conversações.

Para o Banco Central, a tendência de as reservas atingirem de US\$ 7 a 8 bilhões, no final do ano, até pela garantia de desembolso de US\$ 780 milhões do FMI e mais US\$ 875 milhões do jumbo deste ano dos bancos privados, dá a tranquilidade para que a renegociação aconteça no momento e no clima mais adequados.